



## ACTA

Aos vinte e sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

### -----**-ANTES DA ORDEM DO DIA-**-----

### -----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “A minha intervenção no período antes da ordem do dia pretende contribuir para o esclarecimento de eventuais dúvidas que possam existir, especialmente no Sr. Presidente sobre o funcionamento e a condução dos trabalhos das reuniões do executivo municipal. A fonte deste esclarecimento não podia ser melhor quando provem de alguém que durante décadas teve como actividade aplicar a “Justiça”, quer como Magistrado quer como Juiz Desembargador. Passo a citar “ O Estatuto do Direito da Oposições nos órgãos autárquicos - haverá sempre insuficiência de democracia quando esta se esgota na renovação periódica da legitimidade eleitoral ou vive circundada por um ambiente autoritário ou de crispação permanente. Para evitar a violação dos princípios democráticos e

obter um bom funcionamento das reuniões dos órgãos autárquicos, a Assembleia da República aprovou a chamada lei do Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98, de 26/5), que consiste na actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas. E integra os direitos, poderes e prerrogativas, previstas na Constituição”, bem como o direito à informação, o direito à consulta prévia, o direito de participação, e ainda o direito de pronúncia e de intervenção sobre quaisquer questões de interesse público. O bom funcionamento das sessões dos órgãos autárquicos e a audição das oposições são, portanto, essenciais para a vida democrática. A lei prevê que em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos haja um período de antes da ordem do dia, com duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia. E estabelece ainda que “a nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões ou aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de coima, sem prejuízo da faculdade de ao mesmo, no caso de quebra de disciplina ou da ordem, mandar sair do local da reunião o prevaricador, sob pena de desobediência, nos termos da lei (arts. 84º e 86º da Lei 169/99, de 18/9, com as alterações da Lei 5-A/2002, de 11/1). Este “poder de expulsar”, concedido a quem dirige as sessões dos executivos camarários, diz respeito ao público em geral e não aos elementos do órgão (v.g. vereadores), sejam eles da mesma cor política ou da oposição. Na verdade, enquanto relativamente aos cidadãos a lei diz que “a nenhum cidadão é permitido intervir...sob pena de coima ou expulsão, caso haja quebra de disciplina ou da ordem”, os vereadores tem o direito e dever de participação e intervenção nas reuniões. Se o legislador quisesse colocar os vereadores entre os



cidadãos “expulsáveis” tê-lo-ia dito expressamente. O poder de expulsar surge na norma das “reuniões abertas ao público”, pelo que é ao público e só a ele que a norma se dirige e não aos membros do órgão. Daí que a simples ameaça de expulsão seja um acto manifestamente ilegal, agravado, se essa expulsão estiver relacionada, não com actos de quebra de disciplina ou da ordem, mas pelos simples actos praticados no âmbito do exercício dos direitos de oposição. Constituem poderes dos vereadores participar e intervir nos debates das sessões do executivo camarário e fazer perguntas sobre quaisquer actos deste e da administração local e obter resposta em prazo razoável. Tal circunstancialismo é incompatível com quaisquer pactos de silêncio ou ocultação de elementos considerados necessários ao controlo democrático. Nos termos da lei, os vereadores devem exercer livremente o seu mandato e ser-lhes garantidas as condições adequadas ao eficaz exercício das suas funções, nomeadamente ao indispensável contacto com todos os elementos necessários ao processo da tomada de decisão. Por isso, no processo de tomada de decisão dos executivos camarários, a oposição não pode ser excluída legitimamente no sentido de assegurar o carácter público e transparente das deliberações. Mas, é suposto que, na sequência do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, a colaboração das oposições seja esclarecida e de boa-fé.” Narciso Machado – Noticias de Guimarães, 14/10/2011”. **2 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro** – Interveio sobre a EB1 Estrada, da freguesia de Gonça referindo, também, as dificuldades de telecomunicações naquela localidade e a inexistência de uma caixa multibanco. **3 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O início de mandato do

novo Conselho de Administração (CA) da Fundação Cidade de Guimarães (FCG) foi e tem sido tristemente marcado pela questão dos vencimentos dos respectivos membros. E só o foi por uma razão: porque se sucederam declarações irresponsáveis e sobretudo inconsequentes. Uma questão desta natureza mata-se num instante: com uma tomada firme de posição, com uma clarificação imediata, rapidamente se impediria que continuasse o falatório em torno desta questão. No entanto, a verdade é que sucedeu precisamente o inverso. E este foi apenas mais um episódio dos que tão negativamente tem marcado a CEC/2012. Após o início de funções do novo CA, ainda em Julho, o Presidente de Câmara, em declarações à imprensa, manifestou estar disponível para “ajustar” os referidos vencimentos. Em entrevistas a sucessivos jornais, o Prof. João Serra, numa posição correcta e assisada, manifestou-se disponível para essa revisão. Estas foram as intenções inicialmente – e espontaneamente – manifestadas. Questionado já em sede de reunião de Câmara, no início de Setembro, para quando estaria prevista a anunciada revisão, o Presidente de Câmara manifestou que aguardaria pelo Conselho Geral que teria lugar no final de Setembro, para colher a sensibilidade desse órgão quanto a esta revisão. Em face do compromisso assumido pelo Presidente de Câmara, já no início de Outubro e após a reunião do Conselho Geral, questionamo-lo uma vez mais sobre qual tinha sido o resultado da reunião do Conselho Geral, no que concerne a esta matéria. Respondeu o Presidente de Câmara que o Conselho Geral não tinha que se pronunciar sobre essa matéria. Que quem o poderia fazer era a Comissão de Vencimentos. Verdade, mas estranho. Então não tinha sido o próprio a dizer que apresentaria o assunto em Conselho Geral? Que tomaria uma posição depois de auscultada a sensibilidade



desse órgão de cúpula? Foi, mas isso agora não interessa nada. Agora é a Comissão de Vencimentos, presidida pelo próprio Presidente de Câmara, que tem que se pronunciar. Uma vez mais, na reunião seguinte, foi o Presidente questionado para quando estaria marcada a próxima reunião da Comissão de Vencimentos. Resposta: não haverá reunião da Comissão de Vencimentos porque esse assunto está encerrado. A Comissão de Vencimentos foi extinta. Isto é exemplo acabado de uma postura ziguezagueante e oscilante. Isto é o exemplo de alguém que entende dever tomar uma posição, mas depois não tem a força para a levar avante. Este é apenas mais um episódio de tantos. Este é mais um exemplo de como esta Câmara demonstra não ter alvará para levar a cabo uma empreitada desta natureza. Mas o que é para nós verdadeiramente grave não são as oscilações titubeantes, aliás já habituais. O mais grave é a justificação avançada para não reduzir os vencimentos: reduzir o tempo de duração do mandato dos órgãos da FCG. De final de 2015 para meados de 2013. O PSD quando aprovou o mandato dos órgãos da FCG até 2015, não o fez à toa. O PSD quando aprovou o mandato dos órgãos da FCG até 2015, fê-lo por compreender e acreditar nos argumentos que nos eram avançados na altura quanto à necessidade de tempo para implantar os projectos da CEC/2012 que verdadeiramente interessavam a Guimarães. Fê-lo porque a promessa da FCG e da Câmara era a de que a CEC em Guimarães não seria para o espectáculo efémero e infrutífero. A ambição que nos foi vendida **a todos** foi a de que o projecto da CEC/2012 teria a intenção de reconverter a economia local, de intervir no tecido empresarial substituindo o velho tecido industrial por um novo e pujante foco de crescimento de negócios, em torno das chamadas indústrias culturais e criativas, e em torno do

turismo. Tudo isto nos foi vendido nas cerimónias oficiais. Tudo isto nos foi vendido aqui mesmo em reunião de Câmara. Tudo isto nos foi vendido como sendo o grande objectivo da CEC/2012: o perene ao invés do efémero. Sendo ao mesmo tempo esse ambicioso objectivo que justificava o prolongamento do mandato dos órgãos da FCG: para que houvesse tempo para implantar devidamente este tão ambicioso quão complexo projecto de reconversão económica do concelho. Por isso mereceu a nossa aprovação. Por isso mereceu a aprovação de todos os Vimaranenses. No entanto, agora, ao nos propor o Presidente de Câmara a redução do mandato do CA da FCG de final de 2015 para meados de 2013, significa isto que a Câmara não confia nestes novos órgãos para implementar tais projectos. Que a Câmara não acredita que os novos órgãos sejam capazes de prosseguir tal objectivo. Que a Câmara já assumiu a derrota naquele que era o grande objectivo da CEC/2012. Porque uma CA que entra em funções a 6 meses do início do evento, e sai 6 meses depois, só fica o tempo suficiente para pagar as facturas dos foguetes. Pouco mais. Isto para nós é o abdicar da CEC/2012 que verdadeiramente interessava. Isto é claramente optar pelo espectáculo, e desistir de implantar um projecto estruturante. Isto significa que a CEC não será o que foi prometido aos Vimaranenses. E isso não pode merecer a nossa aprovação. E diga-se, para que fique claro: Com os actuais vencimentos, a FCG despenderá €756.000,00 com o seu CA, até Junho/2013. Se o CA ficasse até 2015, actualizando os vencimentos pelos critérios que defendemos, a FCG despenderia €890.000,00. Isto é, globalmente, ainda ficava mais cara a opção que defendemos. Mas teríamos aqueles a quem confiamos a gestão da CEC a trabalhar no projecto mais 2 anos e meio. Aliás se a Câmara acreditasse que



as pessoas que escolheu para o CA são capazes de conduzir este projecto, seria a primeira interessada em os ter a trabalhar mais 2 anos e meio! Porque os quer mandar embora logo que se paguem as contas do espectáculo? A Câmara deparou-se com uma exigência de redução de vencimentos do CA da FCG. Uma questão de natureza moral, atento o período em que vivemos. Inicialmente concordou, depois sentiu resistências, recuou. E saiu pela porta pequena. Arranjou uma solução em que foi pior a emenda que o soneto, uma solução que satisfará aqueles que não querem ter o aborrecimento de cá ficar mais tempo, e permite à Câmara usar o argumento da poupança com vencimentos. Um estratagema aparente perfeito. Só saem como perdedores Guimarães e a sua Capital Europeia da Cultura".

**4 – Vereadora Francisca Abreu – a)** – Leu, em voz alta, um documento sobre o desempenho escolar dos alunos do Ensino Básico no ano lectivo 2010/2011, que a seguir se transcreve: "No final do ano lectivo 2009/2010 assinalámos com satisfação e orgulho a inversão de uma tendência histórica que, de forma sistemática, colocava Guimarães abaixo das médias nacionais nos principais indicadores de abandono e aproveitamento escolar. Os resultados de 2010/2011 permitem confirmar que aquele ano lectivo não era uma excepção mas o início de uma tendência que agora se consolida: naqueles indicadores, Guimarães continua a ocupar uma posição na metade superior da tabela nacional. Mais uma vez fica demonstrado que, com o contributo e determinação dos actores implicados no processo educativo – Ministério da Educação, Autarquia, Escolas e Famílias – podemos alcançar resultados de que todos sem excepção sairão beneficiados. A fixação de docentes, a gestão integrada em agrupamentos de escolas e o reforço da sua autonomia, a gestão responsabilizada e partilhada com a

comunidade educativa alargada, a escola a tempo inteiro com as actividades de enriquecimento curricular, os planos nacionais para a leitura e a matemática foram medidas nacionais que se revelaram acertadas a que o Município correspondeu com um investimento sem precedentes na requalificação e apetrechamento do parque escolar permitindo o alargamento da educação pré-escolar, a expansão da rede de bibliotecas escolares e o acesso às novas tecnologias de informação, e com a manutenção dos subsídios para livros e material escolar, dos apoios sociais em áreas como a alimentação e os transportes escolares, dos apoios para o desenvolvimento dos projectos educativos e planos de actividades e da implementação das actividades de enriquecimento curricular. A todas aquelas medidas políticas falta acrescentar elementos essenciais para a compreensão da evolução que temos registado: a qualidade do trabalho de gestão e direcção dos agrupamentos, a dedicação dos professores, o esforço e empenho dos alunos e a consciencialização de pais e encarregados de educação. São resultados muito encorajadores para o futuro e, ainda que não permitam aliviar o empenho e o compromisso de todos os envolvidos, são concerteza factor de motivação para prosseguir um caminho de exigência e qualidade que consideramos essencial à competitividade e ao desenvolvimento sustentado do nosso Concelho. É desafio para uma geração, que assumimos, e que como tal deverá ser avaliado”; **b)** – Sobre a Escola de Gonça disse que embora a carta educativa tivesse o indicador de encerramento, a verdade é que aquela Escola não preenche os requisitos de encerramento, o que tem sido dito à Associação de Pais. **5 – Presidente da Câmara** – Solicitou que ficasse arquivado junto à acta da presente reunião o parecer jurídico emitido sobre o período de "antes da ordem do dia". O





referido parecer dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

**VOTO DE LOUVOR – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE KARATÉ PORTUGAL (AJKP) E ATLETAS –** Presente a seguinte proposta:

“Nos passados dias 21, 22 e 23 de Outubro, foi acolhido em Portugal, mais propriamente no Estádio Universitário de Lisboa, o 38º Campeonato Europeu de Karaté Wado-kai. Este Campeonato Europeu, organizado pela Associação Wado-Kai Karaté Portugal, sob a égide da respectiva Federação Europeia, contou com mais de 200 atletas de 12 países, sendo a delegação portuguesa, constituída por 34 atletas, 14 dos quais vimaranenses da Associação Juvenil de Karaté Portugal (AJKP). Da participação dos referidos atletas vimaranenses neste Campeonato Europeu resultou a subida 11 vezes ao pódio, de 11 atletas, constantes na relação em anexo. A prestação desportiva desempenhada pelos atletas da AJKP foi de um enorme brilhantismo. Assim, pelo motivo dos títulos internacionais alcançados, bem como pela excelente organização e promoção da modalidade, proponho um voto de louvor à AJKP e aos atletas consagrados, principalmente os campeões europeus Flávia Ribeiro, Carlos Castro, Soraia Ferreira, Márcia Cunha e Mariana Carvalho”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da passagem de jornalistas de vários países do mundo pela cidade de Guimarães, no âmbito da CEC 2012, desde o passado mês de Agosto até ao momento; **2** – Da proposta do Município de

Tourcoing à sua população para participação num concurso cujo objectivo consiste em apresentar um desenho que represente o "coração de Guimarães", sendo que o melhor desenho constará em todos os documentos promocionais relativos a projectos comuns e o vencedor será premiado com uma viagem para visitar Guimarães em 2012; **3** – Felicitou a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos pela edição da revista "Portuguese Soul", reveladora da excelência da oferta portuguesa no segmento da moda e que dedicou um artigo à Capital Europeia da Cultura; **4** – De no final da reunião se proceder à assinatura do Protocolo Proxectoterra no Salão Nobre. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Da acta da hasta pública para adjudicação do direito de uso privativo de 3 quiosques, datada de 12 de Outubro de 2011, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **2** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 12 de Outubro de 2011, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por "Duplicação das Faixas de Rodagem da Circular Urbana – 3.ª Fase", nos valores, respectivamente, de €447.221,63 + IVA e de €47.010,79 + IVA. Esta obra foi adjudicada a Alexandre Barbosa Borges, SA, pelo valor de €448.963,99 + IVA; **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 21 de Outubro de 2011, que aprovou a conta final, bem como o auto final da obra designada por "Horta Pedagógica – 2ª Fase", adjudicada a Alexandre Barbosa Borges, S.A., nos valores, respectivamente, de €215.302,77 + IVA e de €35.851,60 + IVA. Esta obra foi adjudicada a Alexandre Barbosa Borges, SA, pelo valor de €259.866,54. -----



-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA  
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2011.**

Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores César Machado e Amadeu Portilha, por não terem estado presentes na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS - EMPREITADA NOVO ACESSO  
PEVIDÉM/S. CRISTÓVÃO DE SELHO - REPARTIÇÃO DE  
ENCARGOS**

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 28 de Julho de 2011 foi aprovada a repartição de encargos da empreitada em assunto, de acordo com o plano de pagamentos da respectiva proposta, da seguinte forma: Ano de 2011 - €338.311,35 + IVA = €358.610,03; Ano de 2012 - €665.788,75 + IVA = €705.736,08. Sendo necessário dotar a respectiva rubrica do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2012 daquele montante de €705.736,08, propõe-se que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos nestes precisos termos”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**OBRAS PÚBLICAS - EMPREITADA REABILITAÇÃO CAMPO S.  
MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE  
LATITO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 15 de Setembro de 2011, foi aprovada a repartição de encargos da empreitada em assunto, de acordo com o plano de pagamentos da respectiva proposta, da seguinte forma: Ano de 2011 -€210.334,65+ IVA = €222.954,73; Ano de 2012 -

€376.350,81 + IVA = €398.931,86. Sendo necessário dotar a respectiva rubrica do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2012 daquele montante de €398.931,86, propõe-se que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos nestes precisos termos". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA ESCOLA EB1 PINHEIRAL-CALDELAS PARA CENTRO ESCOLAR – PRORROGAÇÃO DO PRAZO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL** – Presente, para aprovação, uma informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se anexa, propondo que seja concedida ao adjudicatário da empreitada em epígrafe uma prorrogação de prazo de execução da obra por 70 dias, sem qualquer custo adicional para a Autarquia, nomeadamente custos de indemnização, custos de estaleiro, reequilíbrio financeiro do contrato e consequente aumento do valor de revisão de preços. Propõe-se, ainda, a aprovação da minuta do contrato adicional, que igualmente se anexa. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Outubro de 2011, que concordou com uma informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se anexa, para contratação, através de procedimento por ajuste directo, da conclusão dos trabalhos do



Centro de Formação Avançada Pós-Graduada/Domus Civil, estimando-se o preço contratual em €1.270.000,00 + IVA. Junta-se, ainda, o Caderno de Encargos bem como Auto de Posse Administrativa de Obra Pública (ao abrigo do n.º 3 do art.º 404.º do Código dos Contratos Públicos). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** - Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Souto Santa Maria construiu um edifício onde funcionam desde 1990 diversas actividades sociais dedicadas aos jovens e duas salas de Jardim de Infância. Pretende executar algumas obras de manutenção e conservação, reparação de fissuras e pintura exterior, orçadas em €3.500,00 + IVA, para as quais solicitou apoio municipal. Considerando a importância social das actividades desenvolvidas nas referidas instalações, muito frequentadas pela população da freguesia e tendo em conta o carácter extraordinário da intervenção e as limitações financeiras da autarquia, proponho a atribuição de um subsídio de €3 710,00 (três mil e setecentos e dez euros), a ser pago mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITO – APOIO AO PROJECTO BANDAS DE GARAGENS-MAPA 2012** - Presente a seguinte proposta: “No âmbito da componente da valorização

arquitectónica do “MAPA 2012” e do programa “Espaços Criativos”, foi acordado com a Junta de Freguesia de Brito a concretização de um projecto “Bandas de Garagens” naquela freguesia. Com o programa “Espaços Criativos”, pretende-se aproveitar a mobilização de vontades que se espera de “Guimarães- Capital Europeia da Cultura 2012”, reabilitando espaços devolutos e transformando-os em espaços de criação, promoção e divulgação de actividades culturais. Para levar a efeito este projecto a Junta de Freguesia de Brito pretende realizar obras de requalificação e de reabilitação de um edifício desactivado e em degradação, denominado “Carreira do Tiro” daquela freguesia, de forma a adaptar o edifício para acolher o evento. Esta intervenção será realizada em colaboração com um conjunto de voluntários. As obras consistirão na recuperação dos elementos considerados imprescindíveis à valorização do edifício, nomeadamente a recuperação do telhado, de algumas paredes em “taipa de fasquio” e de alguns pavimentos em madeira. Como inovações, serão introduzidos elementos necessários à utilização do edifício pelas pessoas com mobilidade condicionada, no que diz respeito aos acessos e instalações. O valor desta intervenção estima-se em €106.973,00 (cento e seis mil e novecentos e setenta e três euros), pelo que a Junta de Freguesia solicitou a esta Câmara Municipal um apoio financeiro para comparticipação nos seus custos. Considerando o interesse público de tais obras para a freguesia de Brito, e para a promoção do evento em causa, assim como o valor da despesa, proponho a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do valor orçamentado, ou seja, de €53.486,50 (cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos), a pagar após autos de medição do Departamento de Obras Municipais, nos termos da alínea b) do nº



6 do art.º 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. A execução desta proposta fica condicionada à autorização da Direcção Geral do Património do Estado para realização da obra pretendida”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

- Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Briteiros Santa Leocádia a execução do projecto eléctrico e da obra de requalificação do Cruzeiro, assim como a transferência de uma verba no valor de €13.053,44 para custear a realização da obra. O valor da obra executada eleva-se a €50.746,69 (IVA incluído), de acordo com o auto de medição elaborado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta a diferença entre o valor atribuído através da aludida deliberação da Câmara Municipal e o custo real da obra executada, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação de um reforço de verba no valor de €37.692,65 (IVA incluído), nos termos do nº 1 do art. 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**REGULAMENTOS - ALTERAÇÕES A INTRODUIR NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO**

- Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “O Regulamento

Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 22 de Janeiro de 2009, e ratificado em sessão da Assembleia Municipal de 20 de Março de 2009, tendo sofrido posteriormente alterações que foram aprovadas em reunião da Câmara Municipal de 4 de Março de 2010, e ratificadas em sessão da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2010. Tendo presente as competências e atribuições consignadas na Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, em matéria de Educação, designadamente as que dizem respeito à gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, e decorridos dois anos sobre a implementação da aplicação informática da gestão destas estruturas de apoio, importa proceder a algumas alterações ao Regulamento Municipal actualmente em vigor, com vista a melhorar os procedimentos relativos ao pagamento das participações, devidas pelos encarregados de educação, pela prestação do serviço de refeições. Neste sentido, propomos, que sejam submetidas para aprovação dos dois órgãos municipais as alterações ao Regulamento Municipal constantes do documento que se anexa á presente informação, como Doc.1. Junta-se, igualmente em anexo, a versão final do Regulamento já com as alterações introduzidas no texto, Doc.2". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRECTIVA DE ELEVADORES PARA O MERCADO MUNICIPAL** – Presente a seguinte





informação: "**1. Objecto:** O objecto do contrato de prestação de serviços é a manutenção preventiva e correctiva de elevadores, com substituição ou reparação de componentes quando se justifique, para os elevadores do Mercado Municipal. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requererem conhecimentos e formação especializados e experiência em serviços de manutenção preventiva e correctiva de elevadores, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro. De acordo com o n.º 1 do art.º 4 deste diploma legal o proprietário de uma instalação em serviço (elevador) é obrigado a celebrar um contrato de manutenção com uma Empresa de Manutenção de Ascensores (EMA) e, segundo o n.º 1 do art.º 6.º, só podem exercer a actividade de manutenção as entidades inscritas na Direcção-Geral da Energia, em registo próprio. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma EMA. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Que este serviço foi assegurado no período de 01 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010 pela empresa Schmitt - Elevadores, Lda., e que agora se pretende renovar por mais um ano, com possibilidade de nova renovação nos termos da lei, e com efeitos desde o passado dia 1 de Janeiro de 2011. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O

objecto do contrato é a renovação da prestação de serviços de manutenção preventiva e correctiva de elevadores com substituição ou reparação de componentes quando se justifique. b) A despesa anual estima-se em €2.746,53, com pagamento trimestral de €686,63 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em consideração o valor pago no ano passado, mas que poderá sofrer alteração mediante proposta a apresentar pelo prestador do serviço. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.19. correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, no regime simplificado previsto no art.º 128.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com convite à empresa Schmitt - Elevadores, Lda., pelas razões supra expostas. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.19. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - ADAPTAÇÃO DO PROJECTO DO NOVO MERCADO (ADAPTAÇÃO DAS BANCAS PARA TALHO E PEIXARIA, QUIOSQUE, LOJINHA DE ROUPA, EDIFÍCIO DA PORTARIA E MULTIBANCO)** – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projectos: "**1. Objecto:** contratação de um serviço referente à realização dos projectos de



arquitectura que contemplam a realização do projecto de adaptação das bancas para talho e peixaria, a realização de um quiosque – lojinha de roupa -, adaptação do edifício da portaria para instalação de um Multibanco. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados do projecto inicial, nomeadamente na vertente da arquitectura. Trata-se de realização de trabalho que vem no seguimento dos trabalhos já realizados. Contudo, não se tratam de trabalhos previsíveis, mas sim de adaptações necessárias em face das solicitações do dia a dia dos utentes, que importa garantir quer para o funcionamento da infra-estrutura, quer para a rentabilização dos recursos existentes. Trata-se de um trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização de projectos pontuais de adaptação das infra-estruturas do edifício do Novo Mercado, carecendo de intervenção ao nível da arquitectura. b) A despesa estima-se em €12.000,00 (doze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06., correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com convite a uma única empresa, que se propõe ser a CREAM - Criação e Estudos Arqt e Eng Lda, por se tratar de um trabalho que requer conhecimento do edifício, mas sobre tudo, por motivos técnicos, artísticos ou relacionados com a protecção de

direitos exclusivos A figura de ajuste directo com consulta a uma entidade, enquadra-se no artigo 24, n.º1, alínea e) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA 3 EMPREITADAS** - Presente a seguinte informação dos Serviços do

Departamento de Obras Municipais: "**1. Objecto:** Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas: Piscina Municipal de Serzedelo, Residência de Artistas – Oliveira do Castelo e Acesso e Estacionamento de Apoio à Escola Eb2,3 de Abação, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º,



do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, das empreitadas supracitadas, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referida no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando para o tempo estimado de duração de cada obra, será de €22.500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, subdividindo-se em €7.500,00 para a obra "Piscina Municipal de Serzedelo", €12.000,00 para a obra "Residência de Artistas – Oliveira do Castelo" e €3.000,00 para a obra "Acesso e Estacionamento de Apoio à Escola EB 2,3 de Abação", acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental nas seguintes rubricas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondentes ao ano de 2011: - Piscina Municipal de Serzedelo – 2.5.2.0803; Residência de Artistas – Oliveira do Castelo – 1.1.1.19; Acesso e Estacionamento de Apoio à Escola EB 2,3 de Abação – 3.3.1.1.17. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA, NA MODALIDADE DE AVENÇA** - Presente a seguinte proposta: "1. Objecto: Contratação de prestação de serviços de consultadoria

jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. 2. Considerandos: a) A Câmara Municipal de Guimarães vem mantendo com a Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença. Esse contrato corresponde, por natureza dos serviços, a áreas distintas da actividade jurídica e judicial, que são fundamentalmente as seguintes: i) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito criminal e do direito disciplinar; ii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos relativos ao direito administrativo, ao direito civil e à contratação pública (empreitadas e aquisição de bens e serviços); iii) Representação judicial e extrajudicial em procedimentos e processos no âmbito do direito fiscal, dos registos e do notariado. Entretanto, aproximando-se o final do corrente ano, prazo limite do actual contrato, e considerando a informação que me foi prestada pela Divisão Administrativa, anexa à presente proposta (Doc. 1), é agora necessário iniciar novo procedimento com vista à contratação desta prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença. b) A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em Advocacia, nas diversas áreas do Direito a que acima se fez referência. c) Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer Advocacia. d) Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao



abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a contratação de uma prestação de serviços de consultadoria jurídica, na modalidade de avença, para representação judicial e extrajudicial em procedimentos de diversas áreas do Direito. Este contrato terá a duração de um ano, a iniciar em Janeiro de 2012, com possibilidade de renovação, nos termos da lei. b) A despesa anual estima-se em valor inferior ao valor previsto na al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, para a escolha do procedimento por ajuste directo. c) A despesa será incluída no Orçamento do Município para o ano de 2012. d) O procedimento de formação dos contratos deve ser o ajuste directo, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 27º do Código dos Contratos Públicos, à Sociedade de Advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados, RL, tendo em conta os conhecimentos, competência técnica e a experiência profissional comprovados, bem como a prontidão e a disponibilidade sempre demonstradas. É nossa convicção, por experiência directa e pelos reportes dos serviços municipais que com maior frequência recorrem à avença actualmente contratada, que esta Sociedade de advogados, por ser constituída por profissionais de reconhecida aptidão técnica e experiência, tem respondido às diversas solicitações com manifesta competência, eficiência e disponibilidade, traduzida, amiúde, na extensão dos serviços prestados em áreas diversas das previstas nos contratos que os suportam, pelo que a sua continuidade seria muito vantajosa para o Município. e) Mais se informa que não existe relação ou

participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será respeitado o determinado pelo art.º 19.º Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro". **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO - ESTACIONAMENTO - LABORATÓRIO DA PAISAGEM – AQUISIÇÃO DE TERRENO** – Presente a seguinte

informação: "O Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico solicitou à Divisão de Património a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 747m<sup>2</sup>, sito no Lugar da Pisca, freguesia de Creixomil, para criação de um estacionamento automóvel na zona envolvente ao denominado Laboratório da Paisagem. Depois de identificado o proprietário do terreno e os elementos prediais e matriciais respeitantes à parcela necessária, foi solicitada a avaliação da mesma a um perito da lista oficial. Em resultado da avaliação efectuada, procedeu-se à notificação do proprietário, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, com vista à alienação amigável da parcela de terreno pelo valor de €9.222,19. Em resposta, o proprietário, Sr. João Costa Mendes, contrapropôs um valor de €25.000,00, tendo o perito considerado como aceitável o valor petitionado. Posteriormente foi possível acordar um valor aceitável entre ambas as partes, tendo o Sr. João Costa Mendes informado que aceitava vender a parcela de terreno pelo valor de €18,00/m<sup>2</sup>, totalizando assim o montante de €13.446,00. Assim, deverá ser deliberado adquirir, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, a parcela de terreno acima identificada, com a área de 747 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do





Registo Predial sob o nº. 2.191/Creixomil e do artigo urbano 1.500º, a qual confronta do Norte com Rio Selho, do Sul com Rua da Ponte Romana, do Nascente com terreno sobrance e do Ponte com prédio do Município, pelo valor de €13.446,00 (treze mil quatrocentos e quarenta e seis euro), para a concretização de um parque de estacionamento de apoio ao Laboratório da Paisagem”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA - VENDA DE 20 VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA**

– Presente uma informação da Divisão de Património Municipal, em anexo, propondo a venda, em hasta pública, de 20 veículos abandonados na via pública e outros, destinados à destruição e desmantelamento qualificado, conforme programa que igualmente se anexa. A referida informação, bem como o programa da hasta pública dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DESTINADAS À AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE APOIO PARA OS ALUNOS DO 1.º CEB - PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2011/2012**

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico criado pelo Despacho 14 460/2008, de 26 Maio, alterado e republicado pelo Despacho n.º 8683/2011 de 28 de Junho, visa a promoção de actividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, organizadas de acordo com os objectivos definidos no Projecto

Educativo dos Agrupamentos de Escolas, com o objectivo de permitir a implementação do conceito de escola a tempo inteiro. Com base nos elementos constantes na referida candidatura o número total de alunos do 1.º CEB que no corrente ano lectivo estão a frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular, é de 6.094. Tendo sido superiormente definido que a aquisição de material escolar para cada um daqueles alunos seria feita através dos Agrupamentos disponibilizando o Município os apoios financeiros necessários para o efeito, proponho para o corrente ano lectivo, a transferência para os Agrupamentos de uma verba global de €121.880,00 correspondente a €20,00/aluno/ano. À consideração superior". O mapa com a transferência de verbas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL DE 2011 - RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS DELIBERAÇÕES DE 27 DE JANEIRO DE 2011 E DE 15 DE SETEMBRO DE 2011** - Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, foi aprovado em Reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 2010, com as alterações introduzidas pelas deliberações de 27 de Janeiro de 2011 e de 15 de Setembro de 2011, a atribuição de verbas para alimentação e gestão em refeitórios dos estabelecimentos de educação e ensino do 1º ciclo do ensino básico, a vigorar no ano civil de 2011. Tendo em conta o número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, que beneficiam de almoço no corrente ano lectivo, verificou-se a necessidade de proceder, em alguns estabelecimentos de educação e ensino, cujos refeitórios estão sob



administração e gestão directa de entidades, à alteração do valor da verba atribuída para efeitos de comparticipação na alimentação. Face ao exposto, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1/JI AULA - CONDE – CEDÊNCIA DE AUTOCARROS** – Presente um pedido da Associação de Pais da Escola EB1/JI Aula, Conde para transporte dos alunos ao Centro Histórico, no próximo dia 3 de Novembro. Considerando que se trata de uma iniciativa de interesse público, propõe-se a cedência de dois autocarros à Associação de Pais da Escola EB1/JI Aula, Conde. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PEVIDÉM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** - Presente um pedido do Agrupamento de Escolas de Pevidém para transporte dos alunos das EB1 ao Centro Histórico e Museu Alberto Sampaio, nos próximos dias 8, 9, 10 e 15 de Novembro. Considerando que se trata de uma iniciativa de interesse público, propõe-se a cedência do autocarro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**EDUCAÇÃO - EB1 SALGUEIRAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente um pedido da EB1 Salgueiral para transporte dos alunos do 3.º e 4.º ano ao Paço dos Duques de Bragança, no próximo dia 6 de Dezembro. Considerando que se trata de uma iniciativa de interesse público, propõe-se a cedência de um autocarro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO - EB1 SALGUEIRAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente um pedido da EB1 Salgueiral para transporte dos

alunos do 2.º ano ao Paço dos Duques, no próximo dia 13 de Dezembro. Considerando que se trata de uma iniciativa de interesse público, propõe-se a cedência do autocarro.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**ACÇÃO SOCIAL - CASFIG, EEM – REALOJAMENTO SOCIAL -**

Presente, para aprovação, uma proposta para realojamento de 7 agregados familiares em habitações sociais, que se encontram actualmente vagas em resultado de situações diversas (falecimento de família, rescisão de contrato e transferência para outra habitação). A proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração da CASFIG em 30 de Setembro de 2011. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - VIII CIDADE BERÇO – FESTIVAL DE TUNAS**

**ACADÉMICAS** – Presente a seguinte proposta: “A Afonsina – Tuna de Engenharia da Universidade do Minho, registada no RMECARH sob o número 504241311, propõe-se promover a oitava edição do festival de tunas académicas “Cidade Berço”, em Guimarães, nos próximos dias 11 e 12 de Novembro. Para o efeito, e como vem sendo hábito nos últimos anos, solicitam os seguintes apoios: . Cedência de um palco a instalar no Largo da Oliveira no dia 11 de Novembro; Disponibilização de um sistema de som; Disponibilização de uma estrutura de outdoor para divulgação do evento; Cedência de uma Cantarinha dos Namorados. Dado o interesse cultural de que se reveste a iniciativa, a sua comprovada capacidade de mobilização de tunos e de público e a tradição que vai consolidando, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a cedência dos apoios supra-identificados, na condição de os mesmos estarem disponíveis em



stock e não implicarem o pagamento de trabalho extraordinário".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - 50º ANIVERSÁRIO DO CONVÍVIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA – HOMENAGEM AOS SÓCIOS FUNDADORES** - Presente a seguinte proposta: "Por ocasião do

seu 50º aniversário, o Convívio Associação Cultural e Recreativa, registado no RMECARH sob o nº 501670513, propõe-se promover uma homenagem a doze sócios fundadores que ainda hoje colaboram com a Associação. Atendendo aos relevantes contributos que o Convívio vem dando a Guimarães ao longo da sua existência, promovendo a participação cívica, pugnando pela liberdade e pela democracia e protagonizando uma importante intervenção cultural, submeto a ratificação o meu despacho determinando que a Câmara Municipal de Guimarães se associasse a esta homenagem, através da oferta de 12 exemplares da obra "Guimarães do Passado e do Presente", destinados aos sócios fundadores do Convívio Associação Cultural e Recreativa".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**